

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Abril 2019

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 -DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
CORREIOS



1º ANIVERSÁRIO

**EM DEFESA
DOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES
E TRABALHADORAS**

**CONTRA
O FIM DA
APOSENTADORIA**

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região

Abril/2019

Editorial

Omês de abril chega com a disposição renovada, por parte do Sindicato, em seguir lutando na defesa dos interesses da categoria. A chapa Ninguém Solta a Mão de Ninguém foi eleita, para o triênio 2019/2022, com quase 100% dos votos válidos. Esse é o recado dos bancários para os que não conhecem a nossa história de lutas e conquistas. Sabemos dos desafios impostos pela conjuntura atual e estamos dispostos a fazer da unidade nossa palavra de ordem, em defesa dos direitos conquistados. O Congresso da Fetrafi-RS reforça esse sentimento. “Não soltar a mão de nenhum bancário” é criar um elo capaz de resistir à precarização das relações de trabalho, reunindo as forças necessárias para derrotar a reforma da previdência e o projeto privatista, que mira nos bancos públicos, acabando com caráter social destas instituições. Por isso, o 1º de maio, em 2019, torna-se ainda mais importante do que em anos anteriores. As centrais sindicais, de todo o país, estão unificadas em torno das pautas prioritárias da classe trabalhadora brasileira, as quais, nesse momento, se resumem na defesa de uma Previdência pública e de condições dignas de trabalho para todas e todos. Lucrando como nunca, os banqueiros pensam que podem impor suas vontades ao interesse da maioria mas não será bem assim. Enquanto o presidente da República homenageia torturadores e faz apologia a regimes totalitários – contrariando a Constituição e infringindo o Código Penal – nós deixamos, aqui, nossa solidariedade às famílias dos presos e desaparecidos políticos, durante a ditadura militar de 1964. Recomendamos a leitura desta edição não apenas como um espaço para reflexão do momento político que estamos vivendo, mas, sobretudo, enfatizando que é preciso conhecer o passado para evitar que os erros se repitam, no presente, e projetar um futuro em que a democracia seja um bem inviolável e os trabalhadores possam sonhar em não ter que morrer trabalhando, sem o direito de gozar sua aposentadoria.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Diagramação e capa

JANIS ODARA

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

Brasil à venda

Por Dão Real Pereira dos Santos*

A liquidação já foi anunciada. O ministro da economia, acompanhando o presidente da República aos Estados Unidos, além de competir com o presidente sobre quem amava mais a “América e os americanos” quem adorava mais a Disneylândia e a Coca-Cola, também colocou literalmente o Brasil à venda.

As empresas estatais, o petróleo, os minérios e a biodiversidade foram alguns dos produtos que estavam sendo colocados em liquidação. Na verdade, até o Estado está sendo liquidado. O ministro declarou, lá nos isteitos, que em 5 ou 6 anos, 50% dos servidores públicos já estarão aposentados e que eles não serão substituídos, e prometeu ainda fazer encolher a economia do Estado.

Quem deu essa procuração ao ministro da economia para vender o que não lhe pertence? O governo foi eleito para cumprir a Constituição Federal. O patrimônio público é da sociedade e não do governo. Se a Constituição determina que somos um Estado de Bem-estar social, prometer reduzi-lo a um Estado mínimo é no mínimo inconstitucional.

Espera-se que os governantes promovam a economia e as empresas nacionais no exterior. O Ex-presidente Lula, no entanto, foi duramente criticado e acusado de praticar tráfico de influência por fazer exatamente isso.

O ministro da economia e o presidente da República fazem o contrário, ou

seja: colocam o Brasil à disposição dos interesses dos empresários estrangeiros, e são aplaudidos. Promover e impulsionar a participação nacional nos negócios do mundo é diferente de oferecer o Brasil aos interesses do mundo.

Atrair investimentos estrangeiros às custas da redução dos direitos sociais, pois é isso que significa reduzir o Estado, atenta contra o princípio da dignidade humana e contra a soberania do país. O Estado brasileiro não é o que o governo quer que seja, mas o que a Constituição diz.

Se os gastos sociais cresceram nas últimas décadas, e de fato cresceram de 12% para 20% do PIB de 1990 até 2015, é porque a Constituição Federal de 1988 determinou que devemos ampliar a prestação e a qualidade dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência e previdência, e de forma universal. Qualificar como descontrolado o crescimento dos gastos, como fez o ministro, no exterior, revela sua total indiferença ou contrariedade com o que representou as políticas sociais na qualidade de vida de milhões de brasileiros nos últimos 30 anos.

Alguém precisa alertar ao ministro que o Estado não é uma empresa, que ele não é o CEO e que o patrimônio público não é privado.

(*) Diretor de Relações Institucionais do Instituto Justiça Fiscal e membro do coletivo Auditores Fiscais pela Democracia. Originalmente publicado no jornal Sul 21.

CHARGE



Chapa Ninguém Solta a Mão de Ninguém- Resistência é eleita com 97% dos votos

A posse da nova diretoria será no dia 16 de maio

Com 97% dos votos da categoria, a chapa “Ninguém solta a mão de ninguém - Resistência”, que teve 25% de renovação, foi eleita, na quinta-feira (11/04), para o triênio 2019/2022. A votação aconteceu nos dias 10 e 11 de abril, na sede do Sindicato, e urnas itinerantes, que percorreram todas as agências e cidades da região.

Consciente do momento político atual, a nova direção do Sindicato ressalta, sobretudo, a necessidade de unidade da categoria para resistir aos retrocessos e assegurar os direitos conquistados. Os 100 primeiros dias do governo Bolsonaro confirmam que os trabalhadores terão de enfrentar uma série de desafios. O claro objetivo de calar os sindicatos, com a edição da MP 873, é parte fundamental da estratégia do governo em tentar impor à sociedade um conjunto de medidas que podem acabar, de vez, com o emprego formal, a Previdência e a Seguridade Social.

“Nesses últimos três anos de gestão, conseguimos assegurar uma série de conquistas para a categoria”, afirma César de Lima de Melo, coordenador da Secretaria Geral do Sindicato. Ele se refere ao fato de que, mesmo com uma conjuntura extremamente adver-

sa, o Sindicato teve força suficiente para garantir o acordo, junto à Fenaban, pelos próximos dois anos.



Centrais se unem no 1º de Maio contra Governo Bolsonaro e reformas

Em Pelotas, as atividades estão marcadas para as 14h, no Altar da Pátria, com mateada e apresentação de artistas locais

As 10 centrais sindicais brasileiras, reconhecidas formalmente ou não, se uniram de forma inédita para a manifestação de 1º de Maio deste ano. Também vão participar do ato as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

A motivação do 1º de Maio unificado, neste ano, é a defesa da Previdência. Na próxima terça-feira (16), representantes das centrais voltarão a se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para falar também da Medida Provisória (MP) 873, sobre financiamento sindical.

Até o momento, a reunião prevista para instalar a comissão mista destinada a dar parecer sobre a MP já foi cancelada duas vezes. Assim que forem ouvidos, os sindicalistas deverão apresentar uma proposta alternativa, e existe também a expectativa de que, sem apoio, a medida acabe “caducando” no Congresso.

Até o fechamento desta edição ainda não havia uma programação definida sobre as atividades do 1º de maio em Pelotas.



Crédito: CUT



Baixe o aplicativo da Radiocom para Android no Google Play



Agentes do mercado vão controlar Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB) convocou assembleia geral ordinária e extraordinária para 26 de abril. Entre outros pontos, será votada a composição do conselho de administração. Foram indicados seis novos representantes do mercado financeiro para o conselho, o que reforça o direcionamento privatista e neoliberal que o banco público está adotando no governo Bolsonaro.

Além disso, os indicados são ligados a outras instituições financeiras privadas e fintechs, o que gera conflito de interesses e pode prejudicar a instituição pública: Guilherme Horn (Accenture), Luiz Fernando Figueiredo (Mauá Capital), Luiz Serafim Spinola Santos (UBS Capital e Bank of Boston), Marcelo Serfaty (G5 Partners,

Pactual, Fiducia Asset), Ricardo Reisen de Pinho (Oi e Petrobras) e Waldery Rodrigues Junior (Secretário da Fazenda).

Hoje, o Banco do Brasil responde por 60% do crédito agrícola. É responsável por financiar a agricultura familiar por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que representa 70% da produção de alimento consumido pelos brasileiros, a juros módicos, que variam entre 2,5% e 5,5% ao ano. Sem o Pronaf, os agricultores teriam de pagar até 70% a mais de juros nos bancos privados.

O novo estatuto, que será votado, também prevê alienação do controle acionário do banco; e fechamento de capital.

BANRISUL

Governo vende ações do Banrisul e segue com desmonte

O governo do Estado obteve R\$ 49,5 milhões com a vendas de ações PNB do Banrisul. O leilão foi concluído após a publicação de comunicado ao mercado no qual disponibilizou 2.056.962 ações Preferenciais Classe B, correspondentes a 1,02% dessas ações e a 0,50% do capital social total do banco.

De acordo com a diretora da Fetrafi-RS e funcionária do Banrisul, Denise Falkenberg Correa, o valor arrecadado não cobre nem 5% da folha de pagamento líquida. “O governo não explica onde vai usar esse dinheiro, que não resolve o problema da folha. Ao contrário, é apenas uma dilapidação do patrimônio público”, afirma.

Hoje sabemos que, o Banrisul virou “caixa eletrônico” dos governos neoliberais, e assim eles vão desconstruindo o banco e o enfraquecendo enquanto ferramenta pública. É o desmonte do Estado em andamento. E, infelizmente, não vai parar por aí. O que se avizinha é a entrega da Banrisul Cartões.

Importante lembrar que em 2018, o Banrisul produziu um lucro de R\$ 1,1 bilhão.



Bradesco: melhorias nos planos de saúde e dental em discussão

Representantes dos trabalhadores e do Bradesco se reuniram, na terça-feira, dia 2 de abril, para debater melhorias no Bradesco Saúde e Saúde Dental. Estes temas estão entre as principais pautas debatidas na Minuta Específica de Reivindicações dos Empregados do banco.

Os representantes dos trabalhadores apresentaram propostas formuladas a partir de uma pesquisa aplicada em 2019, diretamente nos locais de trabalho (agências e departamentos).

Entre as reclamações apresentadas estão: descredenciamento de profissionais na rede, desatualização do site, reembolso, falta de atendimento de médicos e dentistas, principalmente nas cidades do interior.

Representantes do Bradesco asseguram que o site e o App (aplicativo) são ferramentas bastante úteis e ágeis e comentaram que os bancários podem fazer denúncias e propostas de inclusão de novos profissionais para a rede credenciada. Os representantes dos trabalhadores cobraram do banco maior atenção para esta questão.

ITAÚ

Presidente do Itaú escancara cobiça pela Previdência

Apenas nos três primeiros meses de 2019, os presidentes do Itaú, Bradesco e Santander – os três maiores bancos privados do país – reforçaram o lobby em defesa da reforma da Previdência. Em fevereiro, o presidente do Itaú, Candido Bracher, ponderou que “a dimensão da reforma da Previdência está correta”.

Não é difícil entender por que o banco está tão empenhado em defender mudanças na aposentadoria. A PEC 6/2019 prevê a adoção de um modelo individual de capitalização, a ser administrado por entidades privadas ou públicas (leia-se bancos), no qual cada trabalhador será responsável por administrar sua poupança individual, e sem aportes patronais.

As regras para esse novo regime não estão explicadas no texto enviado ao Congresso Nacional, e serão determinadas por meio de uma futura lei complementar. Atualmente, a Previdência Social é

financiada por contribuições do governo, empresas e trabalhadores. E as aposentadorias, pensões e benefícios de quem está fora do mercado de trabalho são pagas por quem está na ativa. Esse sistema é chamado de regime de repartição tripartite.

No regime de capitalização, cada trabalhador receberá de aposentadoria apenas aquilo que conseguiu poupar durante a vida. Atualmente, quem contribuir 35 anos com o valor mínimo (R\$ 79,84) receberá R\$ 998 (valor do salário mínimo atual e o piso da aposentadoria pública). Em um regime de previdência privada, quem contribuir 35 anos com R\$ 100 receberá R\$ 234,45.

O Chile adotou o mesmo sistema de capitalização na década de 1980 e 80% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo (US\$ 424) de benefício, e quase metade (44%) está abaixo da linha da pobreza.

Santander

Funcionários debatem unificação de cargos, BEN, plano de saúde e sinalização de abertura no final de semana

A Comissão de Organização dos Empregados do Santander esteve reunida em, São Paulo, no início deste mês de Abril, dia 3 abril. Entre os temas debatidos, estiveram a unificação de cargos nas agências, os novos cartões refeição e alimentação (BEN), vale-transporte, Plano de Saúde e a ilegal abertura das agências nos finais de semana.

Em relação à unificação de cargos, nas agências, o banco adiou a implementação para maio de 2019. É possível que o novo modelo não se aplique para agências porte D para baixo no primeiro momento.

Os funcionários do Santander levantaram uma série de possíveis problemas que podem acontecer na transição e se comprometeram a acompanhar o processo, de forma que não ocorram acúmulo de função e outras dificuldades.

Por mais que o banco tenha base legal para realizar as alterações, não se pode dar prazo de 90 dias para os funcionários buscarem a certificação CPA. Neste sentido, a Resolução 3057 do Banco Central (BACEN) é clara ao dar prazo de um ano para o empregado se habilitar a uma atividade para a qual não foi contratado.

O banco também precisa seguir respeitando a jornada de 6 horas para caixas e 8 horas para cargos comissionados (ambos futuros Gerentes de Negócios e Serviços). Cargos comissionados podem atender nos caixas um máximo de 30% de sua carga horária.

Quanto a gratificação de caixa, deve ser incorporado no salário do “caixa hoje” e do futuro Gerente de Negócios e Serviços. A COE vai cobrar um treinamento para os novos cargos, que não pode sobrepor o horário de atendimento.

13º Congresso Estadual da Fetrafi-RS ressalta unidade para enfrentar retrocessos



Nos dias 13 e 14 de abril, os bancários gaúchos reuniram-se, em Porto Alegre, para participar do 13º Congresso Estadual da Fetrafi-RS. Estiveram presentes, no evento, seis delegados e um observador de Pelotas e Região.

Para Rafael da Silva, coordenador de patrimônio do Sindicato e funcionário do Banrisul, que marcou presença no Congresso, é preciso que a categoria fique atenta ao avanço da agenda privatista, tanto no estado quanto no país. “O governador Eduardo Leite segue a mesma linha do governo Sartori, fazendo caixa com as ações do Banrisul, e descumprindo suas promessas de campanha”, critica.

Tema de intensa discussão, no Congresso, a privatização do Banrisul está na pauta do governo do estado, que também mira na CEEE, CRM e Sulgás. Mesmo após afirmar que não venderia o Banco, Leite, agora, encaminha a privatização, mudando seu posicionamento e prevendo a retirada da obrigatoriedade do plebiscito para a privatização das estatais.

Além de uma profunda análise de conjuntura, com o sociólogo e ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, os bancários também puderam ouvir a fala do ex-ministro da Previdência Social Carlos Eduardo Gabas. Ambos foram enfáticos sobre a necessidade de mobilização dos trabalhadores para evitar a perda de direitos.

De acordo com Rossetto, o governo federal vem impondo uma agenda regressiva, de acumulação de riquezas, destruição das políticas públicas e manutenção da política de subsídios. “Os movimentos desse governo precarizam as relações de trabalho, afastam o trabalhador dos sindicatos e proíbem o acesso à Justiça do Trabalho”, ressaltou Rossetto. Seguindo esta linha de raciocínio, Gabas afirmou que “derrotar a reforma da previdência é libertar a classe trabalhadora do país”.

Ao final do encontro, durante o processo de eleição da nova diretoria da Fetrafi-RS, dos 331 votos válidos, a Chapa 1 obteve 299, e a Chapa 2 obteve 32. Além disso o mandato da nova diretoria da Fetrafi-RS será de quatro e não mais de três anos, como era até a última eleição.

**Acesse o Google Play
e baixe o aplicativo do Sindicato.**

Fique por dentro das notícias da categoria.



Proposta de capitalização da previdência atende aos interesses especulativos dos bancos

O governo Bolsonaro não diz, mas o sistema de capitalização das aposentadorias, proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, irá levar a população idosa à miséria.

Na prática, deixa-se de lado o atual modelo – de repartição e solidário – para que os trabalhadores se tornem reféns dos interesses dos bancos. Caso a reforma da Previdência seja aprovada, da forma como pretende o governo, a poupança será pessoal, cabendo a cada trabalhador depositar, todos os meses, um percentual do seu salário em conta para conseguir, da forma que der, obter uma aposentadoria no futuro.

Bolsonaro e Guedes não explicam aos trabalhadores, por exemplo, que suas contas, sendo administradas por bancos, estarão sujeitas às taxas administrativas e parte do dinheiro poderá ser utilizado para especulação de entidades privadas no mercado financeiro. Vale lembrar que, no modelo de capitalização, não existe a contribuição do empregador e nem a do Estado, diferente do que ocorre hoje. Pelas regras atuais, todos contribuem, não só o trabalhador, mas, também, o empregador e o Estado.



Crédito: Hora do Povo

Pelotenses dizem NÃO à reforma da Previdência

O Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência, em Pelotas, reuniu um grande público na sexta-feira (22/03). Concentrados, no Chafariz do Calçadão, desde as 17h30, trabalhadores de diversas categorias denunciaram à população as intenções do governo em restringir o acesso à aposentadoria. A redução do valor do benefício irá prejudicar a maior parte da sociedade, sobretudo, aqueles que começaram a trabalhar mais cedo, as mulheres, os trabalhadores do campo e os que vivem situação de miséria.

Ao dialogar com as pessoas, que circulavam pelo centro da cidade, representantes dos movimentos sociais locais explicaram que as mulheres e os trabalhadores do campo serão os que mais sentirão os danos da reforma.

Foi consenso entre as lideranças que estiveram presentes no ato que esta é a pior reforma possível, já que a única intenção do governo é repassar aos trabalhadores à responsabilidade em relação ao alardeado “déficit da Previdência”.

Mulheres e trabalhadores do campo

Desconsiderando as múltiplas jornadas das trabalhadoras, o governo Bolsonaro quer impor a idade mínima de 32 anos para as mulheres, colocando-as na condição de só ter direito à aposentadoria integral após 40 anos de contribuição. Já os trabalhadores rurais precisarão contribuir por 20 anos, ao invés dos 15 atuais. A aposentadoria especial, no caso dos professores, também é praticamente liquidada.

“Esse é o pior projeto de reforma da previdência possível. O do Temer já era terrível, mas esse consegue ser ainda pior”, ressaltou o vereador Marcus Cunha (PDT). Segundo Cunha, a única medida realmente legítima, nesse caso, seria cobrar os grandes devedores do INSS, assumindo os desvios de recursos que deveriam ser destinados à Previdência.

QUAL O SIGNIFICADO DE 1964 PARA A NOSSA HISTÓRIA?

Por Renato Della Vecchia*

Recentemente, a ordem de Bolsonaro para que os comandos das Forças Armadas comemorassem os 55 anos do golpe civil-militar de 1964 ampliou o debate público sobre o significado desta data para o país. Embora, em todos os anos, esta data fosse lembrada (seja por aqueles que a condenam e defendem que responsáveis sejam punidos, seja por parte de alguns comandos militares que, independente de orientação, sempre lembravam a data de forma positiva), neste ano foi criada uma maior visibilidade a respeito do tema.

Mas esta visibilidade não foi fruto apenas da instrução de Bolsonaro, em que pese a gravidade de um Presidente da República defender a quebra dos valores definidos na Constituição Federal. Foi resultado também de se constituir no primeiro “embate” sobre a memória deste período durante o início de um governo capitaneado por um ex-deputado que sempre foi ligado ao baixo clero do Congresso, mas que tinha como uma de suas características a defesa incontestada do regime militar e das atrocidades cometidas no período.

Em um levantamento feito pelo jornal O Estado de São Paulo, que analisou todas as falas de Bolsonaro enquanto deputado (taquigrafadas), entre os anos de 2001 a 2018 (18 anos dos 28 em que ele atuou como deputado), foram identificados 901 pronunciamentos. Destes, 252 (28%) referiam-se à defesa do período militar ou faziam críticas atuais mas que traziam uma comparação com aquele período. Com certeza não encontraremos nenhum outro parlamentar com uma preocupação tão centrada na defesa de um período caracterizado pelo arbítrio, pelo fechamento do Congresso Nacional, pela cassação de centenas de parlamentares no país, pela exclusão de mais de 6 mil membros das forças armadas, pela censura sistemática à imprensa, pelo amordaçamento do judiciário com aposentadorias compulsórias e responsável por centenas de assassinatos e milhares de demissões, exílios forçados, torturas etc.

Por si só este é um motivo mais do que

suficiente para analisarmos o significado desse período. Pois um presidente que afirmou que o erro da ditadura foi ter torturado e não ter matado mais, que deveria ter matado no mínimo umas 30 mil pessoas; que lamentou que Fernando Henrique Cardoso não tivesse sido “mandado para o espaço” pelos militares; que no seu voto, pelo impeachment de Dilma, proclamou, no microfone, uma homenagem a Carlos Alberto Ustra (primeiro militar a ser reconhecido pela justiça como torturador), o qual tinha torturado pessoalmente Dilma, não podemos esperar outra coisa a não ser que tente fazer todos os movimentos possíveis para reeditar aquilo que, nas suas memórias, significa um momento positivo para o país.

Aqueles setores que sabem que suas posições são indefensáveis perante a sociedade, frequentemente perseguem o caminho mais fácil do revisionismo histórico, ou da defesa de questões pontuais, sem a devida contextualização. Se até o consenso estabelecido entre os historiadores de que o nazismo foi um regime de extrema direita (reconhecido pelo próprio Hitler), está sendo questionado, o que poderíamos esperar em relação ao debate sobre a ditadura no Brasil?

Nesta perspectiva, muitas questões aparecem para justificar o golpe à democracia. O mais comum é que o país vivia à beira do comunismo e que Jango pretendia dar um golpe. E que os militares, portanto, deram um golpe antes que Jango o desse. Acreditar que os comunistas tivessem força, naquele momento, para dar um golpe é o equivalente a acreditar em Papai Noel. Considerar Jango um comunista, ou aliado ao comunismo, é não entender o significado dessa palavra e muito menos da conjuntura que vivíamos. A paranoia do anticomunismo era apenas um elemento de retórica para dar sustentação ao processo de internacionalização de nossa economia.

Afirmar que Jango renunciou e saiu do país, e que os militares entraram neste vácuo de poder, é outra afirmação falaciosa, pois o deslocamento das tropas que iniciaram o processo de derrubada de Jango começou

ainda no dia 31 de março.

No dia 2 de abril, Jango se deslocou para Porto Alegre com o objetivo de avaliar a possibilidade de organizar uma resistência. Enquanto estava em uma reunião de avaliação com lideranças civis e militares, o presidente do Senado, Auro de Moura de Andrade, chamou uma reunião de emergência do Congresso Nacional e anunciou que Jango tinha se ausentado do país sem solicitação formal e que, portanto, declarava vaga a Presidência da República (o que foi desmentido, na hora, por Tancredo Neves, que o chamou de canalha). Somente após este episódio é que Jango avaliou que não havia possibilidade de resistir, até mesmo porque acreditava que esta intervenção seria por um curto período de tempo, visto já estar no final de seu mandato.

Por fim, afirmações de que, no período militar, “não havia corrupção nem violência e que a economia estava muito melhor”, são questões que precisariam ser analisadas com mais tempo, mas, previamente, podemos afirmar que, em todos os regimes autoritários, corrupção não aparece pela própria essência dos regimes que controlam os meios de comunicação. A violência, por sua vez, tem uma relação direta com concentração de renda, algo que só vem aumentando ao longo das décadas. E, por fim, a questão de um aparente crescimento econômico (o chamado Milagre Brasileiro), precisa ser analisado não apenas pelos números da época, mas junto aos processos de endividamento



* Renato é Cientista Político e professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel)